

ação na mídia

Análise da cobertura de educação



Edição nº 18 - 04 de maio de 2007

veja as
edições
anteriores

Cobertura do PDE: o que foi destaque e o que foi esquecido

As últimas duas edições do *Ação na Mídia* abordaram a cobertura sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujas medidas foram finalmente anunciadas no dia 24 de abril. Vamos, então, neste número analisar a cobertura na segunda quinzena de abril, que inclui o lançamento do PDE e a divulgação do Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (IDEB), que norteará o estabelecimento de metas para os municípios.

Anteriormente, havíamos destacado a pouca diversidade de fontes ouvidas pelos jornais de todo o país. Predominavam as fontes governamentais e das fundações empresariais. Chama a atenção, entretanto, que nos três dias seguintes ao lançamento do Plano, a voz dos representantes do setor privado tenha deixado de prevalecer. As matérias enfocaram pontualmente as propostas (principalmente o IDEB e o estabelecimento de um piso salarial nacional para os professores). Para isso, nota-se um esforço maior de ouvir a opinião de gestores e ex-gestores públicos, sindicalistas, professores e pesquisadores.

A visão dos empresários sobre a educação e as propostas do PDE seguiu tendo espaço privilegiado nos jornais do final de semana dos dias 28 e 29 de abril e nas revistas semanais. Antonio Ermírio de Moraes, em sua coluna na *Folha de S. Paulo* e no *Jornal do Brasil*, diz que “chegou a hora de utilizar a noção de produtividade da mesma maneira como se faz nas empresas privadas” e louva o PDE por “monitorar e avaliar os recursos do ensino fundamental e médio”.

Já Jorge Gerdau Johanpeter assina artigo no mesmo jornal paulista, levantando as semelhanças entre o PDE e o Compromisso Todos pela Educação. Ele elogia a definição de um piso salarial nacional e defende o pagamento desse valor condicionado “à comprovação de patamar mínimo de conhecimento e capacitação”. Essa idéia é bem parecida com a proposta apresentada pelo deputado federal e ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza, que defendeu que os professores deveriam passar por uma prova para receber o piso. Vale dizer que o mesmo jornal, em editorial no dia 26 de abril, classificou a proposta como “duvidosa”.

Lamentavelmente, os espaços de opinião não possibilitaram o contraponto.

Revistas

Isto É e *Carta Capital* também abordam o lançamento do PDE, mas as matérias não possuem muito destaque. A *Veja* dedicou duas páginas para “avaliar a viabilidade de sete medidas” do PDE e, como já é tradição, afirma ter ouvido especialistas para elaborar seus comentários, mas não diz quais foram. A revista erra ao comentar o funcionamento do programa Brasil Alfabetizado. Na página seguinte, aborda o desempenho do município de Barra do Chapéu, que possui o melhor IDEB do país, e atribui o fato à “eficiência de parceria com o setor privado e outras esferas públicas”.

Há ainda uma terceira matéria sobre educação, intitulada “Luxo zero, ensino nota dez”. Segundo a revista, uma pesquisa em escolas do Distrito Federal aponta que a diferenças entre as melhores e piores escolas não está na infra-estrutura (uma das escolas que se destaca funciona em galpões de madeira) e sim na aplicação de “preceitos empresariais” à gestão escolar. Esse texto retira o caráter da educação de qualidade como um direito e desconsidera a importância de investimento mínimos nas condições de ensino e na valorização do professor.

Já a *Época* traz uma entrevista com o ministro da Educação Fernando Haddad que, ao contrário do texto da *Veja*, defende o aumento do investimento em educação – para até 6% do PIB. *Época* publica ainda reportagem de quatro páginas que descreve o Plano e suas propostas, mas também traça o perfil e a trajetória política e acadêmica do ministro. O texto apresenta Haddad como alguém que “tratou de agregar os diversos grupos de interesse na área”, sentando para conversar com a elite empresarial logo que assumiu o cargo em 2005.

As metas do PNE e outros comentários

Muitos jornais destacaram que o PDE é o primeiro plano governamental que propõe metas a longo prazo para a educação brasileira, “a primeira vez que a rede brasileira terá um caminho objetivo a perseguir”, como afirmou reportagem de *O Estado de S. Paulo*, no dia 29 de abril. Isso não é totalmente verdadeiro. Desde 2001 está em vigor o Plano Nacional de Educação, que obriga que cada ente da federação elabore seus respectivos planos decenais e, entre outros objetivos, fixa metas para cada nível e modalidade de ensino até 2011 (onze anos antes das metas colocadas pelo Compromisso Todos pela Educação e assumidas em parte pelo PDE).

Há metas relacionadas à infra-estrutura, a insumos educacionais como transporte e material escolares, ao oferecimento de vagas, à redução de repetência e evasão, à formação dos profissionais da educação, entre outros temas. É certo que são inéditas as metas para a melhoria do desempenho dos alunos, já que o IDEB conjuga a nota média em provas nacionais e o fluxo escolar. Mas é preciso aprofundar alguns pontos sobre este tema.

A primeira questão a ser destacada é que entre o cumprimento da meta e o aprendizado do aluno há uma distância. A média de uma prova não esgota todas as possibilidades de uso dos conhecimentos de um aluno. Além disso, de que maneira essa meta será atingida? Uma escola ou uma rede de ensino, por exemplo, que exclui alunos com mau desempenho ou com necessidades especiais de aprendizado possivelmente poderá ter um IDEB mais alto do que aquele sistema que respeita as diferentes possibilidades e tempos de aprendizado.

Para além de divulgar um novo tipo de *ranking* (o que já é sempre feito durante a divulgação dos resultados de SAEB, ENEM e Prova Brasil), poucas matérias dedicaram-se a apontar possíveis dificuldades na aplicação do IDEB. *O Globo*, em 26 de abril, alertou que os mil municípios com pior desempenho podem não aderir às metas do PDE por conta das exigências de contrapartidas. No dia seguinte, destacou a posição da Unesco e do senador Cristóvão Buarque sobre a necessidade de punir os prefeitos que aderirem ao PDE e não cumprirem suas metas. *A Folha de S. Paulo* ouviu um pesquisador que teme “a maquiagem” dos dados com o aumento da aprovação e propõe o estabelecimento de metas relacionadas à formação dos professores e à melhoria da infra-estrutura.

Pontos comuns da cobertura

Divulgados os números do IDEB, a cobertura nos diferentes veículos foi essencialmente parecida. Os jornais enfocaram as médias dos respectivos estados e capitais comparadas às médias nacionais. Foi o caso, por exemplo, do *Diário de Cuiabá* (MT), de *O Popular* (GO) e do *Correio Braziliense* (DF).

O baiano *A Tarde* apresentou uma cobertura diferente, não se restringiu à divulgação de mais um ranking. O jornal deu destaque a duas metas, a de levar

energia elétrica a escolas no campo e o estabelecimento de um piso nacional para professores, e abordou a situação local, visitando escolas que ainda não possuem energia e ouvindo opiniões críticas à proposta do piso.

Enquanto isso...

Enquanto toda a mídia repercutia o PDE, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou a PEC nº 94/2003, que altera a Constituição para garantir o ensino fundamental em período integral. De autoria de Demóstenes Torres (DEM/GO), mesmo autor do Projeto de Lei que propõe a redução da maioria penal, a medida foi votada no pacote das medidas de segurança, no dia 25.

Mesmo antes de entrar no debate pedagógico que o tema requer, a imprensa poderia ter questionado o deslocamento do tema do campo da educação para a segurança pública. Infelizmente, nenhum veículo deu atenção ao assunto.

além da pauta

Cobertura da educação na imprensa escrita - reflexões e recomendações.

Leia [aqui](#) documento elaborado pelo Observatório da Educação, programa da Ação Educativa, e envie suas opiniões, críticas e sugestões para marina.gonzalez@acaoeducativa.org.

Queremos saber o que pensam os comunicadores a respeito destas reflexões e recomendações.

